



ASSIM NA TERRA COMO NO CÉU: APONTAMENTOS ACERCA DE CONSTRUÇÕES DISCURSIVAS SOBRE O SUICÍDIO, DIFUNDIDAS PELO JORNALISMO MINEIRO, DE 1920 A 1940

SO ON EARTH AS IN HEAVEN:
NOTES ON DISCURSIVE CONSTRUCTIONS ABOUT SUICIDE DISSEMINATED
BY MINAS GERAIS JOURNALISM, FROM 1920 TO 1940

Liza Fensterseifer¹
Tamara Alessandra Santos Gomes²

RESUMO: O presente estudo objetivou investigar como o suicídio foi descrito e significado em outros tempos, tendo como principal diretriz para análise, compreender a vinculação sócio-histórica destes significados e descrições. Realizou-se um levantamento hemerográfico no repositório de periódicos da “Hemeroteca Digital Brasileira”, em busca de matérias veiculadas em periódicos mineiros, no período de 1920 a 1940, que tiveram o suicídio como temática central. Às matérias encontradas foi aplicada a análise de conteúdo. Os resultados evidenciaram que o trabalho do redator é, em si, um trabalho de enunciação, sobre o qual subjazem escolhas, ênfases e omissões, que culminam, inevitavelmente, em interpretações. Como possíveis condições de noticiabilidade do suicídio constatou-se: o evento estar envolto em alguma dimensão investigativa-policial; possuir dimensão de continuidade e, portanto, estar de alguma maneira ligada a outra notícia; reconhecimento social dos atores envolvidos; e, possibilidade de disseminação de lições a partir do caso que se noticiava. As descrições sobre o suicídio institucionalizadas nas matérias analisadas recorreram a termos e significados historicamente associados à prática, sendo consensuais no que tange à tragicidade da morte por suicídio. Consonante à qualificação pejorativa da prática, os suicidas também eram descritos sob termos depreciativos. Todavia, quando se evocava a dimensão do sofrimento e da presença de patologias, o julgamento dado pelos redatores era mais compassivo. Evidencia-se a presença de certas formas de significação do suicídio, forjadas em tempos ainda mais remotos, e também de rupturas, sobretudo com as formas que o significam como liberdade ou honra.

PALAVRAS-CHAVE: Suicídio; Sociedade; Construções discursivas; Imprensa; Minas Gerais.

ABSTRACT: The present study aimed to investigate how suicide was described and meaning in other times, having as main guideline for analysis, understand the socio-historical linkage of these meanings and descriptions. A hemerographic survey was carried out in repository "Hemeroteca Digital Brasileira", searching for material published in Minas Gerais periodicals, from 1920 to 1940, that had suicide as the central theme. The analysis of its contents was applied to the materials found. The results showed that the work of the writer is in itself a work of enunciation, on which underlie choices, emphases and omissions that inevitably culminate in interpretations. Possible conditions for the notifiability of suicide were: the event was involved in some investigative-police dimension; to have a dimension of continuity and, therefore, to be in some way linked to other news; social recognition of the actors involved; and, possibility of dissemination of lessons from the case that was reported. Descriptions of suicide resorted to terms and meanings historically associated with practice. They were consensual about the tragic death of suicide. Consistent with the pejorative qualification of the practice, suicides were also described under derogatory terms. However, when one considered the suffering and pathologies underlying the act, the judgment given by the writers was more compassionate. Finally, it should be noted that continuities were observed with some forms of signification of practice, but also ruptures, especially with those that signify it as freedom or honor.

KEYWORDS: Suicide; Society; Discursive constructions; Press; Minas Gerais.

¹ Psicóloga, Doutora em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Professora adjunta da Faculdade de Psicologia da PUC MINAS. pxi@terra.com.br

² Psicóloga Graduada pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC MINAS). tamaraalessandra1@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

As altas taxas de suicídio convocam a comunidade científica a se debruçar sobre o assunto. Segundo documento emitido pela Organização Mundial da Saúde (OMS), em 2012 registrou-se, no mundo, cerca de 804.000 mortes por suicídio. Apesar de tais dados já evidenciarem resultados alarmantes, ainda assim há que se considerar a inevitável subnotificação que envolve essa ocorrência, seja pela criminalização do ato em muitos países, seja pelos possíveis erros de atribuição de causa a determinadas mortes. (WHO, 2014).

Os trabalhos progressos a este evidenciam que são muitas as possibilidades de abordagem do fenômeno suicídio pela psicologia. Neste estudo, opta-se por centrar a atenção aos discursos sobre o suicídio forjados em um tempo que não exatamente o atual, mas do qual se é herdeiro direto. Objetiva com essa perspectiva de abordagem do fenômeno contribuir com o estudo das formas de inteligibilidade do suicídio. Parte-se do pressuposto de que somente a partir do movimento de investigação histórica é que se pode ir contra a tendência de se naturalizar o pensamento hegemônico de uma época, a respeito de determinado fenômeno. Conforme Lopes (2012), as descrições e narrativas sobre o suicídio “possuem historicidades” (p. 187). Por outro lado, na medida em que as descrições atuais do suicídio são naturalizadas e tidas como lógicas, desconsidera-se o jogo de forças entre os diferentes discursos sobre o fenômeno, dos quais ele próprio é resultado.

As formas atuais de compreensão do suicídio estão imersas em julgamentos. Para a OMS o suicídio desperta estigma. (WHO, 2016). A estigmatização do suicídio remonta a sentidos e práticas antigas. A utilização de termos como “sui homicida” e “desperatus” para referenciar a prática frente a ausência de um termo específico no latim clássico e medieval, acarretou sentidos teológicos a prática, associando-a ao pecado (MORIN, 2008). Se por um lado há no Renascimento, entre o século XIV e o Século XVI, um movimento de despenalização do suicídio. (RIBEIRO, 2004; SILVA, 2009; RIVERA, 2015), por outro, a reação da Igreja Católica não tardou, reforçando a explicação medieval do suicídio como ato de desespero e, portanto desesperança na misericórdia divina. Segundo Silva (2009) o protestantismo, através de Lutero e Calvino no séc. XVI reitera a interdição do demônio para o comportamento suicida, já evidenciada no Cristianismo primitivo do Séc. V no Concílio de Arles. A associação do suicídio a esses sentidos teológicos e a sentidos de outras ordens, como crime contra o estado na Grécia Antiga (RIVEIRA, 2015), ou perda econômica para os Romanos (SILVA, 2009), formaram fortes sistemas de compreensão da prática que fundamentaram práticas punitivas e de exceção em sua época, como a confiscação de bens

para compensar o Estado pela perda (RIVERA, 2015) e a negativa de sepultamento em solo sagrado ou mutilação do corpo. (RIBEIRO, 2004).

Consonante a essas significações, “o comportamento suicida predispõe à imputação de estigmas” (SILVA et. al, 2015, p. 420). Segundo os referidos autores, a tentativa do suicídio tem implicações tanto para o sujeito, quanto para aqueles à sua volta. Além disso, também o ato efetivado é envolto em estigma, na medida em que a morte por suicídio é vista de modo “mais negativo” se comparada com outros tipos de morte. Desta forma, uma vez que o sujeito que se abstém da vida por escolha é colocado sob intenso julgamento social, é de extrema importância versar sobre o assunto, no empenho por encontrar (e criar) condições de emergência para discursos mais potentes no que tange ao acolhimento dos sujeitos que têm o suicídio atravessando suas histórias. Considera-se que uma via profícua para tal empreitada trata-se da desnaturalização das formas de compreensão do suicídio.

Partindo desse pressuposto, o estudo desenvolvido lança luz à historicidade das inteligibilidades do fenômeno suicídio, a partir da análise de discursos sobre o assunto, forjados no século XX, ficando seu objetivo geral assim delimitado: identificar e analisar as construções discursivas sobre o suicídio, efetuadas pelo jornalismo impresso mineiro, no período de 1920 a 1940. Optou-se por realizar a pesquisa sobre a imprensa mineira, tendo em vista ser o estado de realização do presente estudo e, com isso, poder contar com a facilidade da busca de informações que, porventura, tivessem que ser acessadas em bancos de dados físicos. Por sua vez, o recorte temporal realizado levou em consideração as fases da Imprensa no Brasil. Considerou-se o tempo que houve para o surgimento e consolidação da chamada Grande Imprensa no estado de Minas Gerais, iniciada no referido estado na década de 20 (LANDIM, 2013; MENDES, 2016). Levando em conta tais apontamentos, optou-se por pesquisar nos periódicos circulados no estado a partir dos anos 20 do século passado, a fim de se restringir a busca àqueles da fase da Grande Imprensa. Optou-se por limitar a busca até o final dos anos 40 a fim de delimitar uma quantidade de dados específico. Com tal recorte, definiu-se materiais para análise que contêm discursos que possuem narrativas precessoras e sucessoras suficientes para serem analisadas umas em relação às outras, na busca por continuidades e rupturas nos sistemas de compreensão da prática do suicídio. Vale destacar que buscou-se matérias publicadas em Minas Gerais, mas que não necessariamente noticiaram apenas acontecimentos deste estado. Para os objetivos específicos foram definidos: identificar os periódicos circulados em Minas Gerais no período de 1920 a 1940 que mencionam o suicídio; identificar as publicações do período que mencionam o suicídio; identificar e analisar as construções discursivas sobre o suicídio destas publicações; analisar

qualitativamente o conteúdo das publicações.

2 MÉTODO

Do ponto de vista de seu delineamento, o presente estudo é de cunho quantitativo e qualitativo. Se por um lado a listagem do material analisado foi realizada de modo quantitativo, a análise do material encontrado, por outro lado, foi qualitativa, já que se buscou a compreensão das construções discursivas. Utilizou-se da análise de conteúdo para a análise qualitativa dos dados levantados, haja vista o potencial deste método para a extração de significados e sentidos do material analisado. (MORAES, 1999).

No que tange aos procedimentos técnicos utilizados, realizou-se um levantamento de dados no repositório de periódicos nacionais “Hemeroteca Digital Brasileira”, disponibilizado na Biblioteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional, disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital>. O acervo da Hemeroteca Digital Brasileira dispõe de uma ampla gama de periódicos nacionais, de diferentes localidades e períodos, que podem ser acessados por meio da consulta online ao sistema.

A pesquisa executada para este estudo foi realizada na busca avançada da plataforma. Tendo em vista as pretensões do trabalho, a busca ao acervo da hemeroteca foi realizada com os seguintes critérios de filtragem: período (1920-1940); local (Minas Gerais); palavra-chave “suicídio”. Optou-se por utilizar o recurso de busca da palavra-chave, tendo em vista o expressivo número de páginas disponíveis na hemeroteca para o período e localidade selecionados. Com este recurso, houve o direcionamento para as páginas nas quais de fato havia menção ao termo “suicídio”, o que significou uma inegável otimização das buscas. A escolha pelo termo “suicídio” levou em consideração a hegemonia deste termo para se referenciar a prática da morte cometida pelo próprio sujeito.

Durante a busca na hemeroteca todas as ocorrências foram sistematizadas e organizadas em uma tabela contendo as seguintes informações: periódico; data da matéria; edição (cota); título; responsável; e, por último, tipo de matéria. Essa primeira sistematização visou organizar os dados levantados, de forma a explicitar o máximo de informações sobre as matérias que mencionavam o suicídio, considerando o período contemplado pela pesquisa. A partir desta sistematização, foi possível observar que foram identificados 42 periódicos com a ocorrência do termo “suicídio”, que totalizavam 235 ocorrências (cada um deles noticiou o suicídio mais de uma vez no período analisado).

Após a sistematização dos resultados foi realizada uma seleção das matérias com con-

teúdo relevante para a pesquisa, tendo em vista o seu objetivo e visando qualificar os materiais, buscando aqueles que realmente tratassem de construções discursivas sobre o suicídio. Essa seleção foi feita a partir da distinção como relevantes ou irrelevantes, das ocorrências do termo suicídio. Definiu-se como ocorrências relevantes aquelas contidas em matérias classificadas como “notícia” ou “artigo”. As ocorrências irrelevantes foram aquelas em que a menção ao termo envolvia sentido conotativo ou figurado, composição de títulos de filmes e poemas, ou outra menção qualquer pela qual não se efetuou uma construção discursiva a partir dela. Este processo resultou em uma redução dos materiais: 25 periódicos e 91 ocorrências relevantes.

Através da leitura exaustiva dos materiais escolhidos foi possível identificar temáticas recorrentes e relevantes para a compreensão das construções discursivas sobre o suicídio. Estas temáticas foram definidas como categorias iniciais de análise e, posteriormente, foram agrupadas por suas similaridades em categorias maiores, denominadas categorias finais de análise: composição das notícias sobre o suicídio, valor-notícia dos eventos noticiados e concepções sobre o suicídio. Optou-se por realizar a discussão dos resultados dispondo de trechos dessas matérias, com indicação do título do periódico em que foram veiculadas, a data e a paginação.

3 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os resultados alcançados são apresentados e discutidos considerando as três categorias propostas, a partir da análise do conteúdo dos 91 materiais encontrados na busca feita à Hemeroteca Digital Brasileira, conforme descrito na seção da Metodologia.

3.1 Composição das notícias sobre o suicídio

O discurso se dá em relação ao meio pela qual é produzido (BENETTI, 2008). No caso do jornalismo, observa-se que variando as condições materiais da realidade, compreendendo, os meios de produção assim como as leis que incidem e regulamentam o jornalismo, varia-se, também, o modo como os discursos são produzidos em seu bojo. Por exemplo, quando o jornal apresentava-se como espaço de debate político e religioso, na chamada fase “literária”, o discurso produzido envolvia clara exposição de posicionamentos e reivindicações, demonstrando um partidarismo declarado. (REBELO, 2000). Por outro lado, a partir do momento em que se consolida um jornalismo de grande circulação, que demarca, inclusive, uma no-

va fase da imprensa, a “neutralidade” e a “objetividade” nos jornais ganham ênfase e são reivindicadas. (REBELO, 2000).

Nos jornais analisados foi possível perceber as duas tendências supracitadas na maneira com que as notícias sobre o suicídio foram estruturadas: neutralidade contraposta a uma postura de opinião. No primeiro caso, as notícias restringiram-se à identificação do suicida (nome, idade, sexo, naturalidade) e a algumas poucas informações, envolvendo a motivação e o método utilizado. Segundo Rebelo (2000), esta forma de noticiar o suicídio demarca uma postura que pretende ser objetiva, na medida em que separa “formalmente a notícia do comentário” (p. 9).

Em contrapartida, observou-se, inclusive com uma frequência de aparição maior, outra tendência para a exposição das notícias, no que compete à postura do redator. Nesta, as matérias fizeram da ocorrência do suicídio um disparador para o tratamento de outras questões, de modo que apresentavam-se considerações, opiniões e até mesmo lições aos leitores, retiradas do fato noticiado. Observou-se que nas matérias construídas nestes termos, permanece a disposição de informações concernentes à identificação do sujeito e do ato, porém, nestes casos, a matéria estendia-se por mais linhas. Para Rebelo (2000), quando a imprensa é palco de debate político e religioso é que se tem essa figura de jornalista implicado na missão de “interpretar, condensar, explicitar e defender os anseios da classe com a qual se identificava”. (p. 7). Neste sentido, o fato de encontrar mais matérias construídas em torno das opiniões e julgamentos do autor, se em comparação com matérias “objetivas”, pode ser associado, também, a própria amostra obtida, composta por uma grande parcela de matérias de cunho religioso. De toda maneira, ressalta-se que este resultado é condizente, também, com o que foi observado na pesquisa de Costa (2011), em que houve uma tendência dos jornais, nas décadas de 50 a 70, em realizar um jornalismo marcado por adjetivações e comentários.

A identificação do sujeito suicida estava presente tanto nas notícias mais objetivas, quanto nas notícias comentadas, e compreendia majoritariamente as seguintes informações: nome, idade, sexo, naturalidade. Em uma notícia veiculada em 2 de agosto de 1933, no “A tribuna”, oferece-se, para além destas informações supracitadas, o endereço da residência deste sujeito: “[...] indo residir com a esposa na casa nº 114, da rua Dotte de Dezembro, no Cattede” (p. 3). Lopes (2012) afirma que informações como estas ultrapassam dados superficiais da ocorrência. Conforme afirma, “nomes de rua e números de casa eram expostos, produzindo, com certeza, sentidos e valores não só à morte, como ao morrer; não só aos mortos, como aos seus entes que, muitas vezes, continuariam a residir naqueles espaços”. (LOPES, 2012, p. 192). Segundo Friedrich e Rebouças (2017), o discurso da mídia tem impactos na sociedade,

sobretudo na criação e disseminação de valores. Em suas palavras:

Os discursos da mídia são responsáveis pela construção social da realidade, pautando as relações simbólicas entre sujeitos e meio social, isto é, as mensagens que circulam nos meios de comunicação sistematizam o senso comum, podendo ser um canal de proliferação de estereótipos e perpetuação de estigmas e tabus vigentes em uma sociedade. (p. 2).

As mídias podem, portanto, ser uma via para a desconstrução de estigmas ou a reafirmação dos mesmos. Para Rebelo (2000, p. 11), “os media, se não nos dizem como é que devemos pensar, indicam-nos, pelo menos, sobre o que devemos pensar.” Conforme Tadros e Jolley, citados por Silva et. al. (2015), os sujeitos suicidas ou que tentaram o suicídio são classificados com termos pejorativos, como “fracos, sem fé, provenientes de família de má índole.” (p. 423). Atualmente, inclusive, uma das recomendações da OMS (2000) para a mídia, no que compete à veiculação de informações sobre o suicídio, refere-se à ideia de que “as reportagens devem levar em consideração o impacto do suicídio nos familiares da vítima e nos sobreviventes, em termos de estigma e sofrimento familiar” (p. 7).

Apesar de não haver regulamentações específicas no que compete à forma de tratamento da questão do suicídio (BARBOSA et al., 2010; COSTA, 2011), atualmente, o Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros (2007), no art. 6, atesta ser dever do jornalista “VIII - respeitar o direito à intimidade, à privacidade, à honra e à imagem do cidadão”. Para o período analisado e considerando a pesquisa teórica conduzida não foram encontradas iniciativas de controle ou instituições que se propusessem a dispor recomendações para a imprensa da época. Todavia, através de uma matéria veiculada pelo jornal “O operário”, percebeu-se que havia movimentos nesta direção por parte do Sindicato Médico do Rio de Janeiro, por exemplo. Afirma-se:

[...] Já houve mesmo nesse sentido, um forte apelo do Sindicato Médico, do Rio, feito a Associação Brasileira de Imprensa, mas esta creio que não levou muito a sério o pedido. Eu voto com os médicos e acho que a imprensa devia noticiar o suicidio, sem contudo, narrar os pormenores. (O operário, 26 de maio de 1934, p. 1)

Na matéria acima, o apelo a cautela na forma de se dar notícia de um suicídio é argumentado com a noção de que poder-se-ia impactar o comportamento dos leitores. A concepção do potencial de influenciabilidade da notícia de suicídio no comportamento dos sujeitos que o acessam remonta ao século XVIII, pela ocorrência do fenômeno que ficou conhecido como “Efeito de Werther”. (ALMEIDA, 2000). Na direção deste pensamento, em uma matéria do jornal “Pão de Santo Antônio”, afirma-se que a forma de se falar sobre o suicídio pode

impactar no comportamento dos sujeitos que a acessam:

A notícia, principalmente a que nos descreve certos lances, mais ou menos dramáticos, a que accentua passagens mais ou menos impressionantes a que tornam conhecidos os motivos do acto de desespero, é como um aperitivo; aguça o apetite aos temperamento doentios. (Pão de Santo Antônio, 03 de fevereiro de 1935, p. 2).

Para Friedrich e Rebouças (2017), frente a ausência de regulamentações sobre como e quando dar notícia de suicídios, sob o argumento desta influenciabilidade, convencionou-se o subregistro do suicídio nas mídias. Na mesma direção, Barbosa et al. (2010) afirmam que frente à escassez de diretrizes para o manejo da questão, tem-se acordos não regulamentados, nos quais o “não noticiar” adquire destaque. Segundo Costa (2011), o ato de não noticiar os casos de suicídio segue um acordo oculto entre os profissionais.

No que tange aos métodos para as mortes que foram noticiadas e analisadas, eles envolveram envenenamento, morte por armas de fogo, precipitação, enforcamento e suicídio por fogo. Em uma notícia veiculada pela “Semana Religiosa”, no dia 19 de março de 1938, afirma-se que foram contabilizados cinco casos de suicídio ocorridos no carnaval de Belo Horizonte daquele ano, “sem se contarem os casos dolorosos que por vários motivos permanecem fora de toda publicidade.” A partir deste comentário, compreende-se haver, na época, certa regulação dos limites do que seria passível de publicação, haja vista o grau de violência da morte. Observa-se que, em alguns momentos, os métodos eram descritos de maneira sucinta, descrevendo apenas a ação e o local do corpo atingido, por exemplo: “[...] desfechando um tiro de espingarda na cabeça” (O tempo, 20 de fevereiro de 1929, p. 4). Em outros momentos, todavia, a exposição do método do suicídio se dava de modo mais detalhado, informando, por exemplo, as vias para acesso aos meios: “[...] O Sr. Antonio Perdigão, typographo da Penna, o qual se valera da correia de transmissão da maquina impressora daquela colega para se enforçar na própria oficina em que trabalhava”. (A tribuna, 28 de agosto de 1935, p. 1). Araújo et al. (2016) afirmam que o suicídio que é noticiado pela mídia é atípico e fora do comum. A OMS (2000, p. 4) observa o mesmo movimento e afirma que “os suicídios que mais provavelmente atraem a atenção dos meios de comunicação são aqueles que fogem aos padrões usuais”. Para Araújo et al. (2016), esse fato é problemático, na medida em que fatos atípicos são apresentados como típicos e, neste caso, levando “[...] a uma falta de informação em relação as histórias de suicídio, bem como a uma banalização do assunto”. (ARAÚJO et. al., 2016, p. 175). Para a OMS (2000, p. 4), esse movimento “perpetua a desinformação sobre o suicídio”.

Em outras matérias, a informação do meio do suicídio envolveu a construção de um enredo articulado, no qual a cena da morte era descrita em detalhes. Por exemplo, em 20 de outubro de 1935, no jornal “O imparcial”, ao noticiar o suicídio de uma jovem no Pão de Açúcar (RJ), realiza-se uma espécie de reconstituição do momento de sua ocorrência:

No cume do morro, olhando o abysmo, passeando os olhos pela beleza admirável das paysagens que a natureza pintou em derredor do pão do açúcar, Ella se sentiu atrahida pelo despenhadeiro e, num gesto allucinado, se atirou no (?) indo o seu corpo de moça se despedaçar, pouco além, num rochedo. (O Imparcial, 20 de outubro de 1935, p. 2).

As notícias assim construídas deixam a impressão de que a narrativa parte do testemunho do ato. Porém, não se afirma tratar disso e, neste sentido, entende-se que tais narrativas partem de confabulações do autor da notícia. A estas confabulações acerca dos ocorridos, em matéria veiculada no jornal “Lar Católico” fala-se sobre “[...] um derrame de imaginação doentia de uma parte da grande imprensa” (14 de setembro de 1930, p. 293). De maneira semelhante, afirmava-se “[...] desde logo há de notar os milagres da imaginação operados pelos noticiaristas ao reproduzirem as cenas de um assassinato ou de um suicídio em circunstâncias imprevistas” (Lar Católico, 17 de dezembro de 1933, p. 403).

Nas notícias, as causas apontadas para o suicídio de sujeitos reais, concretos, atrelaram-se a contingências de sua vida, geralmente perdas econômicas, pressões familiares, desilusões amorosas e doenças (denominadas “neurasthenias”). De toda forma, em todos os casos noticiados eram apontadas causas específicas para o suicídio. Atualmente o suicídio é descrito como um fenômeno multidimensional, resultado da interação de fatores de diversas ordens. (OMS, 2000). Neste sentido, conforme Araújo et. al. (2016), a redução das causas do suicídio a fatores isolados consiste em uma explicação simplista, mas que, todavia, diz de um movimento comum por parte da imprensa.

Outro ponto importante para a discussão da configuração das matérias analisadas refere-se aos recursos utilizados para lhes dar substância ou credibilidade. Conforme Costa (2011), em meados do Século XX, os jornais utilizavam de cartas/bilhetes suicidas, além de fotografias, para ilustrar as notícias e chamar a atenção dos leitores. Das citadas, nas matérias analisadas identificou-se apenas a prática de transcrição de cartas de suicidas e de seus familiares. Em alguns momentos as matérias restringiam-se a sintetizar as idéias contidas nas cartas, conquanto em outros, expunha-se na íntegra o documento. Conforme Barbosa (2010), não há um padrão no que compete à forma de noticiabilidade do suicídio, graças à liberdade e autonomia tida por cada redação.

3.2 O valor-notícia dos eventos noticiados: quando o suicídio compõe as pautas jornalísticas?

A forma com que os jornais veiculam notícias sobre o suicídio atende a parâmetros diversos, específicos às definições de suas respectivas redações. (BARBOSA et. al, 2010). A partir dos materiais acessados, observou-se que, se por um lado há a tendência de não noticiar as ocorrências de suicídio (BARBOSA et al., 2010; COSTA, 2011; FRIEDRICH; REBOUÇAS 2017), por outro, observa-se que o rompimento desta tendência está associado a condições de noticiabilidade diversas, tais como a atipicidade do evento e os atores envolvidos. (OMS, 2000, ARAÚJO et al., 2016).

Algo recorrente nas notícias às quais se teve acesso foi o questionamento se a morte noticiada se tratava de suicídio, homicídio ou acidente. Percebeu-se, com isso, que uma das condições de noticiabilidade dos casos de suicídio na época e nos jornais pesquisados, refere-se à trama investigativa em que estavam imersos. Muitas vezes as causas das mortes são dispostas de maneira errônea. A própria subnotificação do suicídio tem como um dos fatores os erros de atribuição de causa à morte. (WHO, 2014). Conforme Botega (2014, p. 234), “para a determinação de um suicídio é preciso estabelecer se houve a intenção de morrer, e isso nem sempre pode ser definido inequivocamente”. Em função desta dificuldade de definição, muitas vezes, atribuem-se causas erradas às mortes, seja por erros dada a complexidade da questão (BOTEGA, 2014), seja por manipulação intencional dos fatos.

Nestes casos noticiados imersos em investigações, percebe-se outra condição de noticiabilidade apontada pela literatura para casos de suicídio: a “continuidade”. O elemento continuidade refere-se ao fato de que desde a primeira veiculação de um evento, o veículo de informação responsável acompanha o desenrolar dos fatos (GALTUNG; MARI RUGE apud MOREIRA, 2006). Nestes casos, observa-se que, o suicídio só vem a público quando em algum momento suspeitou-se ou atestou-se tratar de homicídio.

Outra recorrência observada refere-se ao reconhecimento social dos atores envolvidos. Houve quatro matérias em que o suicida/familiar próximo tratava-se ou de personalidade pública, ou de personalidade reconhecida na região da ocorrência. Segundo Phillips, citado por OMS (2000), as notícias de suicídio de celebridades costumam estar correlacionadas ao aumento de taxas de suicídio.

Outro aspecto recorrente em diferentes notícias foi a utilização do caso noticiado para a disseminação de “lições” aos leitores. Percebeu-se esse movimento em quatro notícias veiculadas por dois jornais de cunho religioso: “Semana Religiosa” e “Lar Católico”. Percebe-se

que dar publicidade ao suicídio por meio das notícias, em alguns momentos, está atrelado aos interesses de certos jornais de ensinar os leitores determinadas condutas e comportamentos. Esse aspecto vai ao encontro, também, das asserções de Moreira (2006), ao afirmar sobre atravessadores ideológicos na definição da noticiabilidade de um tema:

[...] uma chamada com muitos valores pode não ser manchete se a intensidade de cada valor for pequena ou, ainda, se sua divulgação contrariar interesses do jornal. O contrário também vale: chamadas com poucos valores podem ser manchete se o peso dos valores ou o interesse do jornal no assunto forem grandes. (MOREIRA, 2006, p. 130).

Um claro exemplo para ilustrar essa tendência observada de apropriação do fato para extração de lições aos leitores, se deu na notícia de 26 de outubro de 1935 veiculada no jornal “Semana religiosa”. O periódico apresenta uma matéria que discute acerca do materialismo e a filosofia epicurista, a partir da notícia do suicídio de um médico pernambucano que afirmava estar em plena lucidez para sua realização. Na matéria, afirmam que a causa do suicídio só poderia atrelar-se à loucura ou à formação materialista do suicida. Questionam a morte do médico indagando se era mais um caso de “materialista sem olhos para as cousas além tumba”. A partir disso, chegam a conclusão de que “O exemplo repelente desse moço deve servir de lição às nossas famílias”, associando o suicídio a certos hábitos de vida. Neste caso e em outros semelhantes, percebe-se que a partir de um suicídio ocorrido e captado pelo noticiário, eram realizadas abstrações que culminavam em lições para os leitores dos jornais. Nos casos supracitados, o suicida torna-se exemplo do que não fazer, a partir da apresentação de possíveis causas para a ocorrência do autoextermínio.

3.3 CONCEPÇÕES SOBRE O SUICÍDIO NOS JORNAIS: FORMAS DE DESCRIÇÕES DA PRÁTICA

As construções discursivas sobre o suicídio envolveram, fundamentalmente, duas dimensões, sendo elas: definição/avaliação e apontamento de causas. Em cada matéria, constava pelo menos uma destas. Percebe-se que o direcionamento do discurso a tais questões remete à própria complexidade do tema que instiga diferentes saberes. (DAOLIO, 2012).

Utilizou-se pouco de outros termos para falar sobre a prática, além de “suicídio”. Apenas em duas matérias foram utilizadas outras expressões para referenciar a prática, sendo elas “destruição voluntária” e “morte voluntária”.

As adjetivações, por sua vez, foram muitas. Em síntese, estas adjetivações/qualificações

envolveram termos como covardia, crime, loucura e tragédia. Todo este peso da significação do ato é percebido também sobre o sujeito suicida, que foi descrito a partir de termos em sentidos similares a estes, a saber: infeliz, fraco, desditoso, inditoso, tresloucado, desgraçado. Estes resultados coincidem com as asserções de Tadros e Jolley, citados por Silva et. al. (2015), nas quais os autores afirmam que os sujeitos suicidas ou que tentaram o suicídio são classificados com termos pejorativos. Também coincide com as observações de Lopes (2007), que aponta que o suicídio foi referido a partir de termos associados à loucura, infelicidade e desespero. Por último, a partir deste resultado, pode-se pensar nos postulados de Costa (2011), a respeito de uma postura pouco humanizada por parte dos jornais de décadas passadas, no tratamento dado à questão do suicídio.

Uma recorrência significativa foi referente à associação do suicídio a condutas em vida, tais como o alcoolismo; vício em jogos; divórcio; adultério. Em síntese, estes comportamentos foram apresentados como desencadeadores de diferentes problemáticas, dentre as quais o suicídio. Reitera-se que nos artigos, tanto quanto nas notícias, foram apontadas causas específicas e diretas para o suicídio, o que, conforme já discutido, consiste em conduta desaconselhada pela OMS (2000).

Outro elemento interessante que chamou a atenção pela sua recorrência nas matérias veiculadas pelos jornais de cunho religioso foi referente à associação do suicídio ao desespero e ao homicídio. Antes da disposição de um termo específico para a referência da morte auto infligida, os termos “desperatus” e “sui homicidas” eram utilizados para esta função. (MORIN, 2008). Segundo Morin (2008) a referência ao desespero, evocada pelo termo “desperatus”, elevou o ato a um patamar de pecado gravíssimo, na medida em que evocou um sentido teológico de perda de esperança na misericórdia divina. Por outro lado, o termo “sui homicidas” reforçou o peso teológico, na medida em que o termo “homicidas” foi associado por Santo Agostinho ao imperativo da bíblia “não mataras”, imperando que um indivíduo não matará inclusive, a si mesmo (SILVA, 2009). Nas matérias analisadas, em dois momentos, a dimensão do desespero aparece justamente com o sentido teológico apontado por Morin (2008): de desespero associado à perda de esperança na misericórdia de Deus. Em dada matéria afirma-se que frente ao sofrimento:

[...] Na firmeza da fé e no amor á Deus, retemperado nas energias das graças sobrenaturaes, governa-nos saudável quietação da alma, e jamais a desesperação e o aceptismo, tomando-nos como juguete, nos poderão conduzir, de tormento em tormento, a esse plano terrivelmente inclinado que precipita a vida humana ao mais pavoroso barathro da morte pelo suicídio, infeliz e condenada. (Lar Católico, 26 de janeiro de 1930, p. 30)

Percebe-se que se tem o suicídio como uma das implicações da desesperação, estado oposto a quietação da alma promovida pela “firmeza da fé e no amor a Deus”. (p. 30). De maneira semelhante, o desespero, nestes termos, aparece associado ao suicídio em uma matéria sobre os perigos de se saber o futuro:

Quantos dominados pelo desespero e o desanimo, veriam na covardia do suicídio o único recurso salvador? A todo o somnambulismo, previsões do futuro e pretensas adivinhações, de bom grado renuncia quem confia na bondosa Providencia Divina, que nos dá força para o trabalho e, com a graça de Deus, nos faz conquistar a nossa própria felicidade [...] (Lar Católico, 12 de dezembro de 1937, p. 348).

A confiança em Deus é, também aqui, colocada como possibilidade para se evitar o desespero a que um sujeito chegaria, caso tivesse certeza quanto ao seu fim, através de adivinhações ou previsões. De fato, a religiosidade tem sido colocada como um fator de proteção ao suicídio (ALMEIDA, 2004). Sobre isso, percebeu-se nos discursos dos jornais de cunho religioso, a ênfase na propagação da fé cristã e do catolicismo. Todavia, ressaltasse, que a religiosidade como fator de proteção não consiste no mero apontamento de denominação religiosa, mas sim do envolvimento religioso estabelecido pelo sujeito (ALMEIDA, 2004).

Em outros momentos, o suicídio aparece associado ao desespero, mas dessa vez sem indício de remeter à perda de fé em Deus ou na misericórdia divina. Consiste em uma noção de desespero mais associada à acepção comum da palavra. Em dada matéria, ao abordar os suicídios acontecidos no Pão de Açúcar, afirmam que: “[...] tal posto se tornou como uma atração para os que desesperam contra os desígnios da sorte, procurando no abysmo o ultimo consolo para um sofrimento cruel.” (O Imparcial, 20 outubro de 1935, p. 2). Ainda neste sentido, destacam que “O desespero, todavia, na corrente das paixões, se nos assemelha áquelles rapidos, perigosissimos que surpreendem e arrastam para o abismo, os canoeiros do alto Amazonas” (S. Francisco, 01 de novembro de 1933, p.2). De maneira similar, em uma matéria na qual argumenta-se sobre os prejuízos do divórcio, afirma-se que, sem alternativas, a mulher divorciada recorreria ou ao suicídio, pelo desespero, ou à prostituição. Afirma-se: “A que fica reduzida a mulher repudiada, uma vez perdido o seu encanto, a sua integridade... Quem quererá se unir a Ella? Restam-lhe duas portas de sahida: ou o suicídio pelo desespero, ou a prostituição” (Lar Católico, 05 de março de 1933, p. 77).

A associação do suicídio ao homicídio, por sua vez, também foi recorrente nos jornais de cunho religioso. Por exemplo, na matéria veiculada pelo “Lar Católico”, em 4 de março de 1934, ao abordar o 5º mandamento bíblico afirma-se: “Este mandamento encerra também as

tentativas de sedução, de suicídio, maos tratos aos animaes” (p. 1). A referência ao “não mataras” aparece, também, em outra matéria, quando sugere-se que para combater “a peste do suicídio [...] Propagae a crença em Deus que manda <não matar>”. (A família, 26 de janeiro de 1929, p. 2). Nesta asserção, percebe-se que matar e suicidar são fenômenos lidos como sinônimos, na medida em que é possível observar e ideia de que a proibição de um, conteria a ocorrência do outro. Conforme Silva (2009), a associação do imperativo da bíblia “não mata-rás” ao suicídio, se deu com Santo Agostinho. Nestas matérias, todavia, fica claro que a associação ainda era presente no período.

O suicídio também foi descrito em algumas matérias sob o julgo de crime. Por exemplo, em notícia veiculada pelo “Lar Católico”, em 25 de dezembro de 1937, afirma-se que o suicídio de um camponês chamou a atenção, visto que em seu país, “Mais de 50 anos havia que não se verificava tal crime” (p. 79). Em outra matéria: “É a fuga criminosa do castigo legítimo dos homens, às vezes, e de Deus, sempre” (Lar Católico, 17 de abril de 1932, p. 128). Ressalta-se que o suicídio no Brasil não é criminalizado (ARAÚJO; BICALHO, 2012). Todavia, a partir do que se encontrou nas matérias analisadas, percebe-se que o crime atribuído ao suicídio, por parte dos agentes religiosos, pode ser de outra ordem: “Há sempre crime quando se transgride a lei de Deus [...] Atentar contra a vontade divina é já de per si um crime [...]” (Pão de Santo Antonio, 12 de maio de 1935, p. 1). Isso aponta para a ideia de que estes sujeitos estão sob a lei jurídica, mas, mais do que isso, estão sob a lei da religião. Conforme Lopes (2007), a penalização que não se encontra criminalmente no Brasil, se encontra nos discursos sobre o suicídio.

A associação do suicídio a crime, assim como ao homicídio e desespero, remonta a tempos antigos, estando, inclusive, muitas vezes associada a penalizações. Por exemplo, conforme Rivera (2015) na Roma antiga sancionou-se que se confiscassem os bens do cidadão a fim de compensar o prejuízo dado ao Estado. Em matéria veiculada pelo “Pão de Santo Antônio”, classifica-se o suicídio como “crime detestável”, e evocam um fato histórico na notícia sobre punições ao cadáver do suicida: “No reinado de Luiz XVI, considerava-se o suicídio um crime, o cadaver era conduzido a barrados tribunais e depois da condenação o corpo era atado a um carro, arrastado pelas ruas da cidade e, por fim, atirado á um monturo” (Pão de Santo Antônio, 09 de junho de 1935, p.1).

Conforme Araújo e Bicalho (2012), o cristianismo atrela o suicídio ao pecado. Nas matérias analisadas, as interpretações do suicídio e os destinos do suicida eram pouco promissores. Em dado momento coloca-se a morte pelo suicídio como “infeliz e condenada” (Lar Católico, 26 de janeiro de 1930, p. 30). De forma parecida, afirma-se: “[...] commette um sui-

cídio, acto condemnado por Deus” (Semana Religiosa, 03 de agosto de 1935, p. 2). Em sentido similar e com a mesma ênfase na condenação, outra matéria decreta: “Quem se mata não crê em Deus, não o teme, logo: é um desgraçado que se perde para sempre” (Pão de Santo Antônio, 26 de maio de 1935, p. 2). Ainda sobre as considerações sobre o destino do suicida, fala-se sobre um garoto de oito anos que havia se suicidado no Rio de Janeiro: “[...] Sem dúvida, o pequeno não tinha medo do castigo de Deus, que pune os suicidas na outra vida [...]” (Lar Católico, 21 de maio de 1921, p. 7). Na mesma direção, questionava-se: “Queremos por ventura a infelicidade na outra vida? Preferiremos o castigo eterno a um pouco de sofrimento neste mundo?” (Lar Católico, 28 de Agosto de 1927, p. 276).

Também com a mesma postura, afirmava perdidos os suicidas e, a partir disso, negava ritos fúnebres a essas pessoas: “A Igreja presume perdidos os que morrem por mãos próprias, apressando e antecipando o fim de seus dias, por isso nega-lhes sepultura em lugar sagrado” (Lar Católico, 28 de agosto de 1927, p. 276). A prática é assumida como legítima também em matéria veiculada pelo “Pão de Santo Antônio”: “É, pois, além de covardia, uma grande rebelião o suicídio, e razão de sobra tem a igreja para negar as honras da sepultura cristã e seus suffragios a quem comete” (Pão de Santo Antônio, 16 de junho de 1934, p. 1). A prática tem origens remotas. Segundo Ribeiro (2004), na Idade Média tinha-se as “punições” ao cadáver do suicida, que iam desde a negativa de sepultamento em solo consagrado, até a mutilações do corpo do suicida. Segundo Araújo e Bicalho (2012), a Igreja Católica, nos séculos VI e VII, excomungou e negou ritos fúnebres aos suicidas. Há de se considerar que no período analisado vigorava o Código Canônico Pio-Beneditino, pelo qual dispunha-se de um cânon específico acerca da proibição da concessão de sepultura e exéquias cristãs ao suicida (SOUZA JÚNIOR, 2017). Tal cânon não consta no Código Canônico de 1983, que sucedeu a este. Segundo Souza Júnior (2017), a Igreja vai, paulatinamente, modificando suas condutas e julgamentos com relação ao suicida, sobretudo a partir de sua abertura às ciências humanas.

Há um impacto da entrada de saberes científicos no discurso religioso. A partir disso, sem deixar de lado o juízo moral sobre o ato, há, por parte dos religiosos uma distinção dos suicídios decorrente de padecimento mental. (SOUZA JUNIOR, 2017). A título de exemplificação, em dada matéria, após se fazer duras críticas ao ato, afirma-se: “É evidente que não nos ocupamos desse fatal desenlace, como resultado de um transtorno mental, provocado por enfermidade cerebral, em que o infeliz perde a imputabilidade moral dos seus actos [...]” (Lar Católico, 26 de janeiro de 1930, p. 30).

Observa-se que se recorre à dimensão de impacto econômico do suicídio, para descrevê-lo e às suas repercussões: “[...] a peste do suicídio, que deixa a pátria sem braços que a defen-

dam, e a família sem os seus chefes e sem os seus membros mais úteis” (A família, 26 de janeiro de 1929, p.2). Conforme Gonçalves et. al. (2011) os impactos econômicos se dão em decorrência de dois fatores: “Primeiro, porque demanda recursos públicos que poderiam estar sendo alocados de forma diferente, segundo, porque envolve significativa perda de capital humano” (p. 282-283). Há registros da preocupação com os impactos econômicos do suicídio desde a antiga Roma, com a proibição do suicídio de escravos, entendida como um ataque à propriedade privada (SILVA, 2009), e também com as sanções de confinamento de bens para compensação ao Estado (RIVERA, 2015).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os múltiplos sentidos sobre o suicídio fizeram e fazem dele um fenômeno plural, de modo a se chegar à contemporaneidade com um passado de significação amplo e diverso. Observou-se que as notícias sobre o suicídio se deram, majoritariamente, em meio a adjetivações e juízos morais. Estas qualificações incidiam tanto sobre a prática, quanto sobre o sujeito suicida. Este resultado coincide com outras pesquisas que se detiveram à análise do suicídio nos jornais brasileiros do século XX (COSTA, 2011; LOPES, 2012). Desse modo, pode-se pensar que a postura dos redatores está atrelada à própria tradição de tratamento do suicídio, historicamente discutida em termos de ponderações quanto à sua legitimidade ou não (SILVA, 2009).

No que tange à composição das notícias, no que diz respeito ao método utilizado na consumação do suicídio, encontrou-se que as mortes noticiadas ocorreram por envenenamento, arma de fogo, precipitação, enforcamento e morte por queimadura. A forma como se noticiou o modo como estas mortes ocorreram pode ser agrupada em duas tendências: uma em que apenas se descrevia a ação e o local do corpo atingido pela ação, e responsável pelo óbito do sujeito; e outra, pela qual se construía um longo enredo em prol da reconstituição da cena do ocorrido. Em algumas matérias, a minuciosidade com os fatos era de tal ordem, que se chegava a publicar cartas do suicida e/ou de seus familiares. No que tange às motivações do suicídio, os jornais apontavam causas isoladas para os eventos, o que conforme foi discutido, em termos de prevenção, é desaconselhado (OMS, 2000). Por sua vez, na identificação do suicida, percebeu-se que as informações compreendiam fundamentalmente: nome, idade, sexo e naturalidade, sendo que, em um caso, chegou a se disponibilizar o endereço do sujeito e, em outros, fazia-se referência aos familiares do suicida.

Frente à tendência de não se noticiar os suicídios de uma comunidade (FRIEDRICH;

REBOUÇAS, 2017; COSTA, 2011; BARBOSA et. al., 2010), questionou-se o que conferiu valor à notícia dos casos que vieram a público no período. As condições de noticiabilidade do suicídio, encontradas para as matérias analisadas foram o fato de o caso possuir alguma dimensão investigativa-policial; possuir dimensão de continuidade e, portanto, estava de alguma maneira ligada a outra notícia; reconhecimento social dos atores envolvidos; e, no caso dos jornais de cunho religioso, possibilidade de disseminação de lições.

A respeito dos termos utilizados para se referir ao suicídio nos jornais, ressalta-se que apenas duas matérias utilizaram outras expressões para referenciar a prática, sendo elas: “destruição voluntária” e “morte voluntária”. Neste sentido, o termo suicídio foi o termo padrão para referência à prática. Quanto às qualificações dadas ao evento, os resultados encontrados foram que nas matérias analisadas o suicídio foi descrito, majoritariamente, como covardia, crime, loucura e tragédia. Neste sentido, observou-se que houve uma hegemonia de descrições com sentido pejorativo. O suicídio foi também associado ao desespero, à homicídio e à condutas em vida dos sujeitos, tais como alcoolismo, vício em jogos, divórcio e adultério. Paralelamente, o suicida foi descrito sob termos similares, como infeliz, fraco, desditoso, inditoso, tresloucado e desgraçado. Sobre seu destino pós-morte, deduzia-se estarem condenados, perdidos e sendo castigados. Acerca destes resultados, no que tange à forma com que o suicídio e o suicida foram falados e tratados em outros tempos, evidencia-se a permanência de sentidos e formas de significação deste evento, forjadas em tempos remotos. Ao mesmo tempo, observam-se rupturas com outras formas de se pensar a prática, sobretudo com aqueles sentidos que a legitimavam.

Quanto aos limites do estudo realizado, considera-se que o fato da maioria das ocorrências relevantes do termo suicídio ter acontecido em periódicos de cunho religioso foi um limitador para as conclusões da pesquisa, visto que não se teve uma amostra representativa de matérias veiculadas em diferentes tipos de jornais. Todavia, ressalta-se que o próprio fato de haver maior número de ocorrências relevantes em jornais de vinculação religiosa, consiste em um fator de análise e, igualmente, em um resultado, suscitando outras questões, a partir da constatação de “soberania” do tratamento do suicídio em Minas Gerais, na época analisada, por periódicos de cunho religioso. Além dessa, outras questões foram suscitadas pelo estudo e podem converter-se em pesquisas futuras, sobretudo relativas aos sentidos evocados pelos sujeitos da atualidade para definir o suicídio.

Concluiu-se ainda que, a divulgação da morte por suicídio era um processo atravessado por investigações, interesses, estigmas e sofrimento. Reitera-se a participação do jornalismo, um discurso disposto socialmente com força política e ideológica, para a desconstrução dos

estigmas em torno do suicida. Considera-se que frente a este cenário, no qual múltiplos discursos entrecruzam-se, a Psicologia carrega em si muita potência para contribuição à questão, seja colocando este saber a serviço do desvelamento das forças intrínsecas às práticas sociais e construções de sentido, seja no trabalho cotidiano com sujeitos reais, que de alguma maneira tiveram sua história atravessada pelo fenômeno do suicídio.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ana Filipa. Efeito de Werther. **Aná. Psicológica**, Lisboa, v. 18, n. 1, p. 37-51, 2000. Disponível em <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0870-82312000000100003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 01 de Nov. 2017.

ALMEIDA, Alexandre Moreira de. Religião e comportamento suicida. In: MELEIRO, A. M. A. S.; TENG, C. T.; WANG, Y. P. (Eds.). **Suicídio: Estudos Fundamentais**. São Paulo: Segmento Farma, 2004. p. 53-60. Disponível em: <http://www.espiritualidades.com.br/Artigos/M_autores/MOREIRA-ALMEIDA_Alexander_et_LOTUFO_NETO_Francisco_tit_religiao_suicidio.pdf>. Acesso em 07 de Nov. 2017.

ARAUJO, E.S.; BICALHO, P.P.G. Suicídio: crime, pecado, estatística, punição. **Revista Psicologia IMED**, v.4, n. 2, p. 723-734, 2012. Disponível em: <<https://seer.imed.edu.br/index.php/revistapsico/article/view/151>>. Acesso em 10 de set. 2017.

ARAUJO, Rita, et. al. Representações do suicídio na imprensa generalista portuguesa. **Revista Portuguesa de Saúde Pública**, v. 34, n.2, p. 173 – 185, 2016. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0870902516300074/pdf?md5=6ec61ae94a2ef8e8dc11fa799eb8abe4&pid=1-s2.0-S0870902516300074-main.pdf>>. Acesso em 09 de jan. 2018.

BARBOSA, Ana Carla et. al. **Jornalismo e suicídio: ética e noticiabilidade**. Trabalho apresentado no Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Caxias do Sul, RS, 2 a 6 de set. 2010. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2010/resumos/R5-3072-1.pdf>>. Acesso em 10 de fev. 2018.

BENETTI, Marcia. O jornalismo como gênero discursivo. **Revista Galáxia**, São Paulo, n. 15, p. 13-28, jun. 2008. Disponível em: <<https://www.revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/article/view/1492/964>>. Acesso em: 13 de abr. de 2018.

BOTEGA, Neury José. Comportamento suicida: epidemiologia. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 25, n. 3, p. 231-236, dez. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65642014000300231&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 12 de mar. 2018.

CÓDIGO DE ÉTICA DOS JORNALISTAS BRASILEIROS. Vitória: FENAJ, 2007. Disponível em: <http://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2014/06/04-codigo_de_etica_dos_jornalistas_brasileiros.pdf>. Acesso em 10 de out. 2017.

COSTA, Alvaro Daniel. **Tragédia Silenciosa: o suicídio nos periódicos pontagrossenses em**

textos e imagens de 1950 até a atualidade. In: VIII Encontro Nacional de História da mídia Unicentro, 2011. Disponível em: < <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/8o-encontro-2011-1/artigos/Tragedia%20silenciosa%20o%20suicidio%20nos%20periodicos%20pontagrossenses%20em%20textos%20e%20imagens%20de%201950%20ate%20a%20atualidade.pdf/view>>. Acesso em 12 de abr. 2018.

DAOLIO, Edilberto Raimundo. Suicídio: tema de reflexão bioética. **Revista bioética**, v. 20, n. 3, p. 436-441, 2012. Disponível em < http://revistabioetica.cfm.org.br/index.php/revista_bioetica/article/view/763/816>. Acesso em 10 de set. de 2017.

FRIEDRICH, Mariah; REBOUÇAS, Edgar. **Suicídio como pauta jornalística: condutas midiáticas e posturas perante à problemática**. Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2017, Curitiba. Realizado em 03 a 09/09/2017. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/sis/eventos/2017/resumos/R12-2866-1.pdf>>. Acesso em 09 de jan. 2018.

GONCALVES, Ludmilla R. C.; GONCALVES, Eduardo; OLIVEIRA JUNIOR, Lourival Batista de. Determinantes espaciais e socioeconômicos do suicídio no Brasil: uma abordagem regional. **Nova econ.**, Belo Horizonte, v. 21, n. 2, p. 281-316, Ago. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-63512011000200005>. Acesso em 10 de Marc. 2018.

LANDIM, Pedro Henrique. **O desenvolvimento da imprensa mineira no século XIX e o protagonismo dos jornais juiz-foranos**. Trabalho apresentado no congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, realizado em 03 a 05 de setembro de 2013, em Bauru, São Paulo. Disponível em: < <http://portalintercom.org.br/anais/sudeste2013/resumos/R38-1310-1.pdf>>. Acesso em 10 de set. 2017.

LOPES, Fábio Henrique. Reflexões históricas sobre os suicídios: saberes, biopolítica e subjetivação. **ArtCultura**, Uberlândia, v. 14, n. 24, p. 185-203, jan.-jun., 2012. Disponível em: < http://www.artcultura.inhis.ufu.br/PDF24/Fabio_Henrique_Lopes.pdf>. Acesso em 10 de abr. 2018.

LOPES, Fábio Henrique. **Suicídio & Saber Médico: estratégias históricas de domínio, controle e intervenção no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: Ateliê, 2007.

MENDES, Jairo Faria. O nascimento e a consolidação da imprensa informativa em Minas Gerais. **Revista Dito Efeito**, Curitiba, v. 7, n. 11, p. 1-13, jul./dez. 2016. Disponível em: <<https://periodicos.utfpr.edu.br/de/article/view/5125>>. Acesso em 10 de mar. 2018.

MOREIRA, F. B. Jornalismo e valores-notícia. In: MOREIRA, F. B. **Os valores-notícia no jornalismo impresso: Análise das características substantivas das notícias nos jornais Folha de São Paulo, o Estado de São Paulo e o Globo**. 2006. 157f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006, Cap. 1, p. 41 - 117. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/7773/000556586.pdf>>. Acesso em 10 de out. 2017.

MORIN, Alejandro. Sin palabras: Notas sobre la inexistencia del término 'suicida' en el latín clásico y medieval. **Circe de clásicos y modernos**, Santa Rosa, n. 12, p. 159-166, dez. 2008. Disponível em: < http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1851-17242008000100012>. Acesso em 13 de out. 2017.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). Prevenção do suicídio: um manual para profissionais da mídia. Genebra: OMS, 2000. Disponível em: <http://www.who.int/mental_health/prevention/suicide/en/suicideprev_media_port.pdf>. Acesso em 07 de ago. 2017.

REBELO, José. Objetividade e distanciamento. In: REBELO, José. **O discurso do jornal: o como e o porquê**. Portugal: Notícias, 2000, Cap. 01. p. 6-32.

RIBEIRO, Daniel Mendelski. Suicídio: critérios científicos e legais de análise. **Jus Navegandi**, Teresina, v.8, n. 423, p. 1-30, Set. 2004. Disponível em: <<http://egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/12595-12596-1-PB.pdf>>. Acesso em 01 de Nov. 2017.

RIVERA, Gonzalo H. A. Suicidio: consideraciones históricas. **Revista Médica La Paz**, La Paz, v. 21, n. 2, p. 91-98, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.org.bo/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1726-89582015000200012>. Acesso em 15 de abr. 2018

SILVA, Maria do Carmo Mendonça. **Renúncia à vida pela morte voluntária: o suicídio aos olhos da imprensa no Recife dos anos 1950**. 2009. 130f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História, UFP, Recife, 2009. Disponível em: <<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/7124>>. Acesso em: 10 de out. 2017.

SILVA, Tatiana de Paula Santana da; et. al. Estigma social no comportamento suicida: reflexões bioéticas. **Revista Bioética**, Brasília, v. 23, n. 2, p. 419-426, ago. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S198380422015000200419&script=sci_abstract&lng=pt>. Acesso em 25 de mar. 2017.

SOUSA JUNIOR, Vicente Tomaz de Souza. O suicídio e a igreja. Faculdade Católica de Fortaleza, v.1. 2017. Disponível em: <<http://www.catolicadefortaleza.edu.br/wp-content/uploads/2017/06/Suic%C3%ADdio-atualizado-PDF.pdf>>. Acesso em 10 de jan. 2018.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **Prevención del suicidio: un imperativo global**. Washington, DC: OPS, 2014. . Disponível em: <http://www.who.int/mental_health/suicide-prevention/es/>. Acesso em 07 de ago. 2017.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **Prevención de la conducta suicida**. Washington, DC: OPS, 2016. Disponível em: <<http://iris.paho.org/xmlui/bitstream/handle/123456789/31167/9789275319192-spa.pdf>>. Acesso em 07 de ago. 2017.